

**O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE
IGUATEMI-MS: PRODUZINDO ALIMENTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN THE MUNICIPALITY OF IGUATEMI-
MS: PRODUCING FOOD AND LOCAL DEVELOPMENT

EL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (PAA) EL EL MUNICIPIO DE
IGUATEMI-MS: PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS Y DESARROLLO LOCAL

Carlos Alberto Heling¹
Adriana Zanirato Contini¹
Alzira Salete Menegat²

Resumo: O presente artigo visa apresentar e analisar a organização e participação das entidades jurídicas do município de Iguatemi-MS, no Programa Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade doação simultânea, compreendendo o alcance desse programa, bem como de sua importância na pequena produção de alimentos. Para isso, foram realizadas entrevistas com representantes das entidades fornecedoras, organizações jurídicas e agricultores familiares e representação da entidade parceira CONAB/MS. Procuramos compreender os encaminhamentos e as relações que os grupos sociais criam com a produção e a distribuição da mesma, que no caso do PAA, conta especialmente com a rede de solidariedade, fazendo com que a produção e a facilitação no acesso a alimentos se tornem sua meta principal. Os dados nos mostram que a produção familiar faz elos entre a mesa da

1 Autônomo

2 Universidade Federal da Grande Dourados

população brasileira, para onde vão os produtos, a qualidade dos alimentos, em sua maioria produzidos de forma orgânica e o desenvolvimento dos pequenos municípios.

Palavras-chave: agricultura familiar, compra de alimentos, desenvolvimento local.

Abstract: This article aims to present and analyze the organization and participation of legal entities in the municipality of Iguatemi-MS, in the Food Acquisition Program (PAA), in the simultaneous donation modality, understanding the scope of this program, as well as its importance in small food production. foods. To this end, interviews were carried out with representatives of supplier entities, legal organizations and family farmers, as well as representation from the partner entity CONAB/MS. We seek to understand the directions and relationships that social groups create with its production and distribution, which in the case of the PAA, relies especially on the solidarity network, making production and facilitating access to food become its own main goal. The data shows us that family production forms links between the table of the Brazilian population, where the products go, the quality of the food, most of which is produced organically, and the development of small municipalities.

Keywords: family farming, food purchasing, local development.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo presentar y analizar la organización y participación de las personas jurídicas del municipio de Iguatemi-MS, en el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), en la modalidad de donación simultánea, comprendiendo el alcance de este programa, así como su importancia en pequeña producción de alimentos. Para ello se realizaron entrevistas a representantes de entidades proveedoras, organizaciones jurídicas y agricultores familiares, así como a representación de la entidad socia CONAB/MS. Buscamos entender los rumbos y relaciones que los grupos sociales crean con su producción y distribución, que en el caso del PAA, se apoya especialmente en la red solidaria, haciendo que la producción y facilitar el acceso a los alimentos se convierta en su propio objetivo principal. Los datos nos muestran que la producción familiar forma vínculos entre la mesa de la población brasileña, hacia dónde van los productos, la calidad de los alimentos, la mayoría de los cuales se produce orgánicamente, y el desarrollo de los pequeños condados.

Palabras clave: agricultura familiar, compra de alimentos, desarrollo local.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira é o setor produtivo que possui papel fundamental para a soberania alimentar da nação, sendo esta a principal responsável pela produção de alimentos que compõem o abastecimento interno do país. De acordo com dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2017), cerca de 80% de alimentos que estão presente nas mesas dos brasileiros vem desse segmento.

O cenário nacional, contextualizado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, demonstra a grande importância deste setor produtivo e a necessidade de ações governamentais (federal e estadual), de incentivo a esta classe, constituída por pequenos produtores rurais, que muitas vezes, passam despercebidos, tanto pelos governantes como também pelo não reconhecimento da sociedade.

O estado de Mato Grosso do Sul, possui em sua formação socioeconômica grande influência do setor primário do agronegócio, pautados inicialmente nas produções de carnes e de grãos. Todavia, ao longo dos últimos anos e dos incentivos governamentais, esta matriz produtiva do agronegócio tem se expandido significativamente para uma diversificada gama de produção e produtos, colocando nosso Estado como grande produtor nacional na produção e comercialização de produtos como: carne bovina, cana-de-açúcar, celulose, grãos (soja e milho).

O estado de MS, para além de sua importante participação para o cenário nacional no mercado do agronegócio de exportações, também possui um expressivo número de pequenos produtores rurais, parte significativa advinda do Programas Nacional da Reforma Agraria, que a partir de 1985 criou assentamentos rurais em todos os estados brasileiros, por meio das ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA e também por meio de ações do crédito fundiário. Além dos lotes de assentamentos é possível encontrar em Mato Grosso do Sul, sitiantes presentes nos entornos das cidades, principalmente nos municípios do interior, sendo estes pequenos produtores oriundos do processo de colonização das décadas de 1940 a 1980, integrantes da classe produtiva denominada de agricultura familiar.

A agricultura familiar no estado de MS, possui uma matriz produtiva diversificada (produção de mandioca, milho, fruticultura, horticultura, apicultura, piscicultura, dentre outras),

sendo pautada principalmente na produção de alimentos que são direcionados ao abastecimento local e regional, de grande importância para o nosso Estado, gerando produção, renda e trabalho no meio rural, e, especialmente fortalecendo a dinamização econômica nos municípios interioranos.

Cabe destacar que as políticas de incentivo agrícola para a pequena produção familiar nem sempre foram contínuas e substanciais em termos de volume de fomento, o que implica dizer que a agricultura familiar carece de financiamentos para que possa se fortalecer. Uma política que merece destaque é aquela criada em 2003, sancionada pela Lei n.º 10.696, de 2 julho de 2003, pela qual possibilita que o Estado possa comprar produtos dos agricultores familiares sem a necessidade de processos licitatórios e com os preços do mercado local, como indica o artigo 19 da referida Lei: “Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003).

A promulgação dessa lei promoveu o acesso à alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e, na sequência, incentivou a agricultura familiar. No entanto, para que ocorressem as aquisições de alimentos foram estabelecidas parcerias entre as prefeituras e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Considerando essas especificidades, para levantamento de dados foram realizadas entrevistas coletivas e individuais com os representantes das entidades fornecedoras, dentre os quais, presidentes das organizações jurídicas e os Agricultores familiares, participantes diretos dos projetos e de sua execução. Foram realizadas, ainda, entrevistas com os representantes da entidade recebedora, bem como entrevista com a gerente da entidade parceira CONAB/MS. Utilizou-se também de dados secundários e dos balancetes das associações formais, acompanhando assim os encaminhamentos e compreendendo as relações que os grupos sociais criam com a dinâmica na produção e na distribuição dos alimentos, que no caso do PAA, conta especialmente com uma rede de parcerias, fazendo com que a produção e a facilitação ao acesso aos alimentos se tornem metas principais.

Nesse aspecto consideramos que esse artigo contempla ações de extensão, porque intenta apresentar a estrutura de um programa que consideramos fundamental no contexto da

agricultura familiar, criado a partir da demanda pautada pelos agricultores. A produção familiar faz elos entre a mesa da população brasileira, para onde vão os produtos, bem como o desafio de produzir alimentos com qualidade nutricional, em sua maioria produzidos de forma orgânica.

Nesse sentido, pretendemos com o artigo, demonstrar que a produção familiar está se fortalecendo e se transformando/diversificando com o incentivo do PAA no município de Iguatemi, localizado no sul de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Para organização do texto apresentamos nossas reflexões em duas seções, além da introdução e da conclusão, sendo que na primeira seção evidenciamos a estrutura do PAA como programa fundamental para a pequena produção. Na segunda seção, analisamos os resultados do PAA no contexto do município de Iguatemi, compreendendo a produção em dois projetos integrados ao PAA.

1. O Programa de Aquisição Alimento (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero (PFZ), lançado em agosto de 2003. O objetivo do PAA foi de promover e fortalecer a produção agrícola, estimulando circuitos curtos de comercialização, localizados no âmbito dos locais de produção e com isso criando redes e promovendo a geração de renda para os agricultores empobrecidos. Com essa ação foram assegurados meios para que os mesmos pudessem ter o controle da produção e da comercialização do que cultivam, assim como facilitar o acesso aos alimentos para a população em situação de insegurança alimentar.

Para operacionalizar o programa o Governo Federal instituiu o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), o qual de imediato, em 2004, um ano após a criação do programa, promoveu na cidade de Olinda, estado de Pernambuco, a 2ª Conferência Nacional de Segurança. Naquela ocasião houve debate, planejamento e sistematização das ações estratégicas que seriam executadas na política nacional de segurança alimentar e nutricional.

A partir do documento produzido pelos debates da conferência, diversas ações foram encaminhadas pelo PAA. A modalidade PAA Compra Institucional foi criada pelo Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012, com objetivo de possibilitar que órgãos da administração

pública adquirissem produtos da agricultura familiar por meio da dispensa de licitação. Essa prerrogativa se deu através do artigo 17, da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, o qual definiu que órgãos da administração pública que recebessem recursos do governo federal, destinados para aquisição de gêneros alimentícios, poderiam adquirir pelo menos 30% dos recursos em produtos da agricultura familiar. Essa foi uma grande conquista, que potencializou o programa e a própria produção local, mas havia, como ainda há, muito em que se avançar, para que se possa chegar a um percentual bem maior e assim reconhecer a importância e fomentar a produção dos agricultores.

Pelo decreto, cada família participante poderia comercializar por Declaração de Aptidão ao PRONAF/DAP, no PAA Institucional, até R\$ 20.000,00 por ano, por órgão comprador. A modalidade chamada pública é direcionada para o público específico, diferente daquela regida pela Lei n.º 8.666/93, conhecida como modalidade licitação. A instituição jurídica cooperativa possuidora de DAP pode comercializar até seis milhões de reais/ano/órgão comprador, respeitados os limites por unidade familiar, conforme prevê o artigo 19 do Decreto n.º 8293, de 12 de agosto de 2014.

O programa foi criado e ao longo dos anos foi sendo fomentado. Ocorre que nos anos de 2017 a 2022, o orçamento da União, destinado para o PAA esteve abaixo daquele de anos anteriores, colocando em risco até mesmo a existência do programa. As emendas parlamentares passaram a ser a principal fonte de financiamento para a manutenção das ações executadas pelo PAA.

No entanto, em março de 2023 ocorreu, em cerimônia realizada na cidade do Recife, em Pernambuco, lugar onde havia sido lançado o PAA em 2003, o relançamento do Programa pelo Presidente Lula. Em sua nova versão, novos grupos passaram a ser prioritários para comercializar no PAA, dentre eles os grupos dos indígenas, dos quilombolas, das mulheres e dos assentados da reforma agrária, contemplados pelo Programa.

Outra ação de fortalecimento do PAA ocorreu no mês de outubro de 2023, quando o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, anunciou a liberação de 250 milhões para o Programa Aquisição de Alimentos, com investimentos de 700 milhões na modalidade compra com doação simultânea, ação que indica comprometimento do Governo Federal para o fortalecimento do PAA, atendendo as demandas da agricultura familiar. Nesse bojo estão as

expectativas desse setor no município de Iguatemi, tema central do presente artigo e que passaremos a analisar no próximo item.

2. As organizações jurídicas no município de Iguatemi com projetos de parceria no PAA

Iguatemi está localizado a 359 quilômetros da capital Campo Grande e conforme o Censo do IBGE (2022), conta com população de 13.808 habitantes. Iguatemi teve sua fundação a partir da Colônia Militar de Iguatemi, através do programa de colonização e ocupação das fronteiras brasileiras, implementado ainda no governo imperial. Em 1963, Iguatemi foi elevado à categoria de município, quando seus territórios se estendiam sobre os atuais municípios de Eldorado, Mundo Novo, Japorã e Itaquirai.

De acordo com o censo agropecuário (IBGE, 2017), o município tinha 925 estabelecimentos agropecuários. Desse percentual, 654 são propriedades abaixo de 50 hectares, o que corresponde a 70% e ocupa apenas 4,3% das áreas. Na outra ponta, os estabelecimentos acima de 500 hectares equivalem ao número de 134 propriedades e representam 14% dos estabelecimentos no município, ocupando 83% das terras. Esses dados demonstram que mesmo com número elevado de pequenas propriedades (se comparado as grandes propriedades), a área que estas ocupam é extremamente reduzida, predominando no município o latifúndio.

A economia de Iguatemi se concentra no setor de comércio, serviços e na produção agropecuária. A pecuária ocupa 94.7% das propriedades rurais no município e possui um rebanho de 259.178 cabeças de gado. Na agricultura, as culturas temporárias que se destacam em área cultivada, representando 96% das áreas de lavouras temporárias, sendo a soja, o milho e a cana-de-açúcar.

O município tem 445 famílias assentadas pelo PNRA (Tabela 1), sendo que o primeiro assentamento criado ocorreu em 1998, pela desapropriação de sete fazendas (Fazenda Guaicuê; Fazenda Rancho Verdura II; Fazenda Terezinha; Fazenda N. Sr.^a Aparecida; Fazenda N. S.^{ra} Auxiliadora; Fazenda Guajuvira; Fazenda Rancho Guaicuê), que juntas formam 8.707 hectares e possibilitaram o assentamento de 252 famílias, no que ficou denominado assentamento Nossa Senhora Auxiliadora.

O segundo assentamento foi criado em 2001, com a desapropriação de 2.512 hectares da fazenda Rancho Loma, que dá origem ao nome do assentamento. O último assentamento criado no município ocorreu, em 2004, com a desapropriação de 1.349 hectares da fazenda Colorado, para instalar 76 famílias. Há no município mais dois assentamentos criados pelo Crédito Fundiário, sendo eles: assentamento Nossa Senhora Aparecida, com 55 lotes/parcelas e o assentamento São Luiz, com 30 lotes/parcelas. Conta, ainda, com número expressivo de pequenas propriedades rurais, localizadas no entorno da cidade, constituído por 204 imóveis de sitiantes e chacareiros, em conformidade aos dados de cadastro da prefeitura municipal de Iguatemi, levantados em 2022.

Tabela 1 – Relação dos assentamentos rurais em Iguatemi pelo PNRA

Denominação do Projeto	Ano	N.º de Famílias	Área (ha)
PA Nossa Senhora Auxiliadora	1998	252	8.707,5818
PA Rancho Loma	2001	107	2.512,3789
PA Colorado	2004	76	1.349,1320
Total		445	

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do INCRA (2018).

Nos assentamentos as famílias têm desenvolvido os seguintes sistemas produtivos: produção leite, cultivo da mandioca, criação de frangos semi caipira e a produção de grãos, como soja e milho.

Iguatemi constitui-se assim num contingente territorial expressivo no número de pequenas propriedades rurais da agricultura familiar, mesmo que ocupando área reduzida, mas juntas totalizam 720 imóveis/unidades de produção local, pautadas principalmente sob uma matriz produtiva da bovinocultura de leite como fonte principal de geração de renda nas pequenas propriedades. Associadas a pecuária leiteira, outras formas alternativas apontam a existência de atividades produtivas em menor escala, a exemplo da produção de frango caipira, ovos, feijão, milho, mandioca de mesa e fécula, panificados como pães enriquecidos com frutas e legumes, doces caseiros, leite, bolachas caseiras, horticultura, fruticultura entre outros produtos ou cultivos com menor expressão de comércio. Estes servem de subsistência

às famílias no campo e também de transformação/processamento para produção de novos produtos com a venda do excedente.

Diante desse imenso cenário produtivo, constituído por um expressivo número de empreendimentos e unidades produtivas da agricultura familiar no município, os desafios da administração municipal para atender a demanda desse público e de suas organizações produtivas, são gigantescos perante o cenário de arrecadação e repasses econômico do Governo Estadual para o Município.

Dentre as ações realizadas positivamente para atendimento ao público local da Agricultura Familiar cita-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o qual consiste em apoiar diretamente à comercialização de produtos da agricultura familiar, incentivando a produção, a inclusão social, econômica e a geração de trabalho e renda junto as famílias de pequenos produtores rurais, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, sitiantes e chacareiros, que estão organizados em associações e/ou cooperativas de produtores. Por outro lado, forma-se uma parceria entre gestão municipal e produtores de alimentos com o intuito de destinação de toda a produção adquirida, como forma de doação simultânea, para o próprio município, por meio das entidades sociais e assistenciais de enfrentamento à superação da pobreza, como nas escolas e creches, nos hospitais do SUS, entre outros.

Nesse sentido, a importância em evidenciarmos experiências com as compras do PAA no município de Iguatemi, as quais passaremos a apresentar a seguir, como aquelas do projeto encaminhado pelas mulheres do assentamento Racho Lona, envolvidas na produção de pães, biscoitos, verduras, legumes e frutas. Essa importância também está nas experiências com outro projeto, aquele direcionado a criação de frangos caipiras, no assentamento Colorado.

O PAA em execução no município de Iguatemi-MS, corresponde aos dois projetos acima citados, com proposta de participação de Associações de Agricultores Familiares contratados com CONAB/MS, onde os produtores e suas organizações contam com a organização social, atendendo a elaboração dos projetos, planejamento econômico, produção, beneficiamento, comercialização e prestação de contas, com suporte técnico, da empresa privada de ATER (HD Assessoria e Consultoria Agropecuária). A referida empresa de Ater é contratada pela Prefeitura Municipal de Iguatemi/Secretaria de Desenvolvimento Econômico,

configurando como parceria para fomentar apoio e fortalecimento para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural deste município.

Por meio da empresa de Ater ocorre a extensão rural, que tem como meta principal subsidiar as famílias envolvidas com novos conhecimentos técnicos, que quando associados aos saberes que os assentados já possuem, decorrentes de suas experiências com o cultivo cotidiano, podem gerar novos encaminhamentos com a produção. Esses visam potencializar novos projetos que podem reverter na diversificação da produção, bem como gerar ânimo no conjunto das famílias nos contextos de suas unidades produtivas.

A proposta de PAA da Associação Feminina do assentamento Rancho Loma-AFERAL, que possui como beneficiários produtivos e fornecedores um grupo de 16 mulheres agricultoras familiares, assentadas na reforma agrária, no Assentamento denominado Rancho Loma, estão organizadas em associação formal, com produção dos seguintes produtos: bolachas caseiras, pães enriquecidos com legumes, como cenoura, beterraba, batatada doce, mandioca, doce de leite caseiro; mandioca descascada.

A maior parte dos alimentos são produzidos pelo grupo e ocorre a partir da transformação da matéria-prima produzida nos lotes do assentamento, exceto o trigo. É preciso destacar que no cultivo dos produtos participam todos os membros das famílias envolvidas, o que significa ampliação de espaços de trabalho nas etapas do cultivo e da transformação/processamento dos produtos, para só então ser aproveitado pelas mulheres na produção final, quando engendram novos produtos. A Associação possui uma cozinha comunitária industrial, com regularidade sanitária e funcional, devidamente cadastrada e monitorada pela Vigilância Sanitária Municipal de Iguatemi.

Na proposta desse grupo temos uma cadeia de elementos que beneficiam as pessoas envolvidas, dentre eles o aumento na produção dos lotes das famílias envolvidas, o que resulta em melhoria na geração de renda familiar, bem como de empoderamento feminino, visto que as mulheres reelaboraram seus saberes, aqueles que lhes foram repassados pelas gerações e a eles atribuem valor. Ou seja, elas cotidianamente fabricavam pães, bolos, biscoitos e cultivaram hortaliças para o consumo de suas famílias, visando a reprodução do núcleo familiar. O que fizeram com o projeto coletivo, ao se juntarem em grupo de mulheres assentadas, foi reunir e sistematizar os saberes de cada uma, imprimindo sobre eles esforços para produzirem em larga escala, almejando comercialização e geração de renda. Usaram de

saberes tradicionais, como demonstra o estudo de Menegat (2009), quando analisa cotidiano de mulheres assentadas, para abrir novas portas de participação feminina e de gestão nos lotes da reforma agrária.

No grupo de mulheres do assentamento Rancho Lona observamos elementos indicados pelo estudo de Menegat (2009), no protagonismo das mulheres para produzir mais do que alimentos, produziram novas ideias ao olharem sobre o modo de produção de cada lote, o que as levou a tomarem para si e suas famílias, o domínio de todo o processo de produção das unidades. Assumiram desde o cultivo, passando pela transformação da produção e também da comercialização dos produtos, valorizando toda a cadeia produtiva dos lotes de assentamentos, colocando-se, especialmente, como gestoras de empreendimentos, modificando a ideia de que as mulheres são apenas ajudantes.

Como resultado do trabalho conjunto, puxando pelas mulheres, teve-se a diversificando das atividades nos lotes, fundamental para aumento da produção e no engajamento das famílias, que passaram a incorporar na dinâmica de novos produtos e também das novas atividades, especialmente no processamento da matéria-prima, como a mandioca, e, por meio de sua transformação, fabricaram farinha e outros derivados, agregando valor no trabalho investido, produzindo novos produtos. Na proposta da diversificação promovem segurança alimentar e econômica, visto que quando um produto não tem produção satisfatória, devido intempéries climáticas ou outras adversidades, os demais produtos podem compensar as perdas.

O outro projeto que conta com a parceria pelo PAA, é o da Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do assentamento Colorado, que possui como beneficiários produtivos e fornecedores um grupo de 8 agricultores familiares, assentados de reforma agrária daquele assentamento. Estes estão organizados em associação formal, com produção de Frango Semi Caipira. São agricultores que realizam a produção em suas propriedades individuais e o processo de abate e comercialização ocorre de forma coletiva, por intermédio da Associação de Produtores que possui um pequeno abatedouro de aves, localizado no próprio assentamento Colorado.

A unidade de abate e processamento possui regularidade Sanitária e Funcional com Cadastro ativo no Sistema de Inspeção Municipal (SIM), garantindo atendimento as normas de segurança sanitária e qualidade nos produtos processados.

Seguindo a experiência anterior, das mulheres do Rancho Lona, o grupo do assentamento Colorado também incluiu em sua prática cotidiana, nos afazeres das unidades de produção das famílias assentadas, uma nova atividade para processamento de alimentos que produzem nos lotes, criada com a instalação de um frigorífico para abate de frangos. Isso exigiu das famílias se apropriarem de novos conhecimentos para atender as exigências dessa atividade, controlada por regras externas, como aquelas postas pela Vigilância Sanitária. São atividades que promoveram o refazer e a especialização das famílias com os novos processos produtivos, bem como as motivou a atentarem para a gestão de suas unidades, controlando e se desafiando no controle da cadeia de produção.

Os projetos acima relatados nasceram pelo fomento do PAA, ambos subsidiados financeiramente através de contratos formais entre a CONAB/MS e as Associações Fornecedoras, constituídas formalmente por Agricultores Familiares e detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cabe destacar que a DAP é um instrumento que qualifica agricultores para enquadramento na participação e acesso a políticas públicas, instituídas para o público da agricultura familiar. No entanto, nem sempre essas políticas são acessíveis a todos que possuem lotes, o que indica necessidade de expandir a extensão rural, para que as orientações técnicas sanem dúvidas, especialmente no entendimento dos formulários e das exigências postas para financiamentos e/ou acesso a fomento institucional.

O fato é que nessa modalidade de financiamento subsidiado, os agricultores beneficiários devem possuir obrigatoriamente cadastro ativo nas modalidades DAP Jurídica para Associação e DAP Física para os produtor/a, de acordo com a Lei Federal n 11.326/2006, que regulamenta o público da agricultura familiar e suas organizações e em seus empreendimentos produtivos. A CONAB realiza todo o aporte financeiro com a compra formal da produção dos agricultores e estes realizam a entrega dos alimentos para as entidades locais, indicadas no projeto, qualificadas como Unidades Receptoras, responsáveis em realizar o atendimento à população final a ser beneficiada no município.

Os projetos de PAA em execução no município de Iguatemi, possui como Unidade Receptora beneficiária direta de toda a produção local, à Secretaria Municipal de Assistência Social/Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é quem realiza o fornecimento destes alimentos junto a população do município, previamente cadastrada no

CADÚnico, e que se encontra em condições de vulnerabilidade social, econômica, especialmente aquelas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Assim, o projeto em execução junto a AFERAL prevê a entrega de R\$ 128.000,00 em produtos (pães, bolachas, doces de leite e mandioca in natura descascadas) e o projeto da Associação Colorado, prevendo a entrega de R\$ 64.000,00 em produtos de frango inteiro congelados, com a produção e fornecimento de frangos semi caipira, sendo importante fonte de proteína, que complementa a fonte de carboidratos fornecidos nos produtos da AFERAL. Nessa parceria, cada agricultor fornecedor possui um limite de participação financeira individual correspondente há R\$ 8.000,00 para execução no projeto, garantindo assim uma igualdade socioeconômica entre todos os participantes.

A partir da orientação técnica, monitoramento e acompanhamento dos projetos, atividades realizadas pela ATER terceirizada³, contratada pelo município de Iguatemi, os projetos estão sendo executados de forma coletiva, tendo na participação das mulheres as figuras centrais, visto que as mesmas se encontraram no trabalho coletivo, fortalecendo os projetos individuais. Elas se reúnem semanalmente em local específico e apropriado (cozinha comunitária industrial) e realizam a produção/beneficiamento de todos os produtos de pães e bolachas.

A contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Iguatemi demonstra compromisso da gestão municipal com a agricultura familiar e com o próprio programa PAA, porque entendemos que não basta comprar a produção de alimentos, é preciso antes atuar em toda a cadeia produtiva, que envolve a definição do que e de como plantar, para então acompanhar o desenvolvimento das culturas, até chegar a colheita, a comercializar e/ou na transformação/aproveitamento da produção.

É preciso destacar a importância da extensão rural no contexto da produção nos lotes de assentamentos rurais, especialmente pelo fato de que as famílias chegaram nas áreas de reforma agrária descapitalizadas e distanciadas do acesso a fomento agrícola, não detendo conhecimentos básicos que permitissem compreender a burocracia que envolve os contratos bancários e/ou de políticas institucionais de fomento, mesmo aquelas do PAA. Nesse sentido as orientações da empresa de extensão têm função central, para elucidar e apoiar nos trâmites necessários, apontando os caminhos, os riscos e as possibilidades das parcerias e então melhor

3 A Empresa HD Assessoria e Consultoria é a ATER contratada pela Prefeitura.

viabilizar encaminhamentos dos contratos. Por isso, corroborando com o fortalecimento das organizações local, com o empoderamento socioeconômico dos beneficiários, na melhoria na produção, no beneficiamento, no acesso a crédito e ao mercado para venda da produção, de forma que a extensão rural se torna propulsora do desenvolvimento rural sustentável, perpassando por diversos segmentos social e produtivos nas comunidades.

As mulheres do Rancho Lona, contando com as orientações da assistência técnicas rural, produzem e transformam alimentos tendo como base a matéria prima local, produzida nos princípios da produção orgânica, sem uso do pacote de veneno da agricultura convêncional, o que assegura produtos com maior valor nutricional, transformando-os em subprodutos de boa qualidade nutricional, que já na primeira entrega obtiveram aceitação da população beneficiada, recebendo elogios vindos de profissionais afins, por se tratar de um produto caseiro e diferencial.

O mesmo ocorre com o projeto da Associação Colorado, onde a experiência coletiva se concentra na etapa final de produção com o processo de abate e comercialização das aves.

A programação de entrega realizada em parceria com a Unidade Receptora (CRAS), prevê a entrega quinzenal de em média: 150 Kg de bolacha caseira, 150 kg paes caseiros e 150 kg de doces de leite pastoso. E entregas mensais de 400 kg de carne de frango semi caipira, produtos disponibilizados de forma a enriquecer as cestas básicas fornecidas pelo CRAS, para a população de baixa renda.

Com os projetos em andamento, cada uma das famílias produtoras conseguem uma implementação média de renda familiar que varia de R\$ 800,00 a R\$1.200,00 por mês. Ou seja, o município é beneficiado diretamente no mínimo duas vezes, a primeira com a doação/recebimento dos produtos de qualidade e produzidos nos lotes, não havendo a necessidade de compras externas e distantes, e a segunda com a injeção de recursos de aproximadamente R\$ 8.000,00 por mês, que são pagos aos produtores e que retornam no contexto do comércio municipal, aquecendo a economia local.

No entanto, não podemos deixar de destacar os vários desafios encontrados no dia a dia nas parcerias estabelecidas, para que funcionem os elos envolvidos e possibilitem que os projetos tenham eficiência e qualidade, como exemplo: a organização social das associações fornecedoras, a regularidade de atendimento as exigências legais de participação no PAA, a adequação das unidades de produção para estarem ativas e cadastradas atendendo as normas

de regularidade sanitária e funcional, com registro nos órgãos competente para inspeção e vigilância sanitária, dentre outros. São muitos elos que envolvem o ambiente cultural e individual de cada participante, desafiando-os a se capacitarem e renovarem a forma tradicional de produção, atentando especialmente para a gestão de suas unidades, incluindo conhecimentos ligados a financiamentos, o que implica deterem atenção sobre contratos e exigências nos padrões de produção, lançando-os para novas ferramentas, como a burocracia, aplicada aos plantios.

Todavia, este agricultores familiares são verdadeiros guerreiros enfrentando e superando as dificuldades com o orientação e acompanhamento técnico qualificado, ampliando produção e abastecendo, bem com o fornecimento e produtos para merenda escolar na rede municipal. A meta existente de curto prazo é de expandir o mercado e disponibilizar produtos para a comercialização para além dos mercados institucionais, via comercialização semanal na Feira do Produtor e também nos mercados locais, possibilitando a oferta para toda a população do município.

Conclusões

A experiência com extensão rural no município de Iguatemi, apresentada nesse estudo analisando os resultados do PAA, nos mostra a força da agricultura familiar, especialmente nos assentamentos de reforma agrária, produzindo produtos no campo, entregues direto na mesa do consumidor, tendo o produtor como detentor de todo o processo, desde a produção até a comercialização. Isso a nosso ver possibilita produzir melhoria nas unidades produtoras de alimentos, bem como na alimentar, inclusão social e geração de renda para a permanência das famílias no campo. Além disso, a comunidade em geral do município entra como beneficiada, porque pode contar com produtos de boa qualidade, com valor nutricional e com preço justo.

O PAA traz inúmeros benefícios para a cadeia do processo de produção, onde todos os envolvidos são beneficiados, criando elos para potencializar a produção local, fazendo com que a mesma circule dentro do município, fortalecendo o desenvolvimento de diversos segmentos, desde quem produz, quem fornece insumos, como as casas comerciais locais, a Prefeitura e os consumidores, que adquirem alimentos de qualidade, sem que estes necessitem percorrer longas distâncias até chegarem ao consumidor final. Ou seja, ao fortalecer a

produção nos lotes, a gestão municipal fortalece diversos elos, visto que o aumento de produção favorece o município com abastecimento local e potencializa o movimento no comércio local, onde os produtores adquirem o que necessitam.

Cabe destacar também a importância da orientação técnica como aporte fundamental na cadeia, visto que a mesma viabiliza parcerias entre quem produz e quem adquire a produção, no caso o poder municipal por meio do PAA, podendo a empresa técnica, junto a nutricionistas que elaboram cardápio para a merenda escolar, por onde segue boa parte do consumo dos alimentos do PAA, chegar a definição de quais produtos cultivar, evitando excesso na produção de alguns produtos e a falta de outros. Isso representa compromisso entre poder municipal, empresa de assistência técnica, pequenos produtores e consumidores finais, que conjuntamente formam parcerias na produção, transformação dos alimentos, comercialização e consumo dos mesmos.

Nesse sentido a importância do PAA não somente para famílias assentadas, pequenos sítiantes e comunidades tradicionais, mas também para o poder municipal, que por meio desse importante programa encontra elos para ampliar sua atuação na gestão municipal, atendendo especialmente, comunidades distanciadas das modalidades de fortalecimento da produção e de melhoria da vida de quem produz e de quem consome alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAISTING, A. Luiz. et al (Orgs.) Extensão rural, agroecologia e produção animal e vegetal em lotes de assentamentos rurais e sítios de colonização em Mato Grosso do Sul. Dourados-MS: **Seriema**, 2017.

MENEGAT, A. S. Mulheres abrem as portas. Quais as portas? In: MENEGAT, A. S.; FARIAS, M. L.; TEDESCHI, L. (Orgs). Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourado: **Editora da UFGD**, 2009.

OLIVEIRA, E. R. et al (Orgs.). Caminhos da produção orgânica e agroecológica: alternativas ambientais e de qualidade de vida. Dourados-MS: **Editora UFGD**, 2022.

HELING, C. A.; CONTINI, A. Z.; MENEGAT, A. S. Programa Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Iguatemi-MS: Produzindo Alimentos e Desenvolvimento Local. **Realização**, UFGD – Dourados, v. 10, n. 20, p. 143-160, 2023.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993, pág. nº 8269. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8666&ano=1993&ato=beaEzYU5ENFpWTd78>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jul. 2003, Seção 1, Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10696-2-julho-2003-497183-norma-pl.html>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2006, Página 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o programa de apoio à conservação ambiental e o programa de fomento às atividades produtivas rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 out. 2011, Página 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012. Regulamenta o Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o programa de aquisição de alimentos, e o capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 05 Jul. 2012, Página 3. Disponível em: https://www.Planalto.gov.Br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 05 de maio de 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.293 de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o programa de aquisição de alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 ago. 2014, Página 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8293.htm. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.